

AGUIAR DERRUBAVA MURO DE UMA INVASÃO SUB JUDICE QUANDO...

Advogado dá voz de prisão ao administrador de Taguatinga

Fotos: Davi Zoccol

Valdemar mandou derrubar 1,5 km de muros de uma invasão. Foi o que bastou para ser preso e levado à 12ª Delegacia Policial

Depois de comandar a derrubada de um muro numa invasão sub judice, o administrador de Taguatinga, Valdemar da Silva Aguiar, foi preso ontem e conduzido à 12ª Delegacia de Polícia, de onde só foi liberado horas depois. O "dia de cão" de Aguiar começou quando mandou seus funcionários demolirem 1,5 quilômetros do muro que cercava a Colônia Agrícola Vereda da Cruz, no Areal. O advogado de onze dos 117 posseiros deu voz de prisão ao administrador, alegando que ele desrespeitou a liminar concedida em dezembro.

O administrador foi então levado à 12ª DP, em Taguatinga. Mais de cem pessoas cercaram o local e o Batalhão de Operações Especiais cuidou de reforçar a segurança. A área da Colônia Agrícola Vereda da Cruz compreende 120 mil metros quadrados e estava cercada por 3,5 quilômetros de muro, com dois metros de altura. De acordo com o administrador Valdemar da Silva Aguiar, trata-se de área pública invadida por grileiros.

Mas os 117 proprietários do terreno - dividido em lotes de 800 metros quadrados - estão protegidos pelas liminares concedidas pelo juiz da 7ª Vara, João Egmont Leônico Lopes, em 16 de dezembro de 1999, e a de 5 de janeiro de 2000, concedida pelo juiz Carlos Alberto Martins Filho, da 7ª Vara, que determinam que a Administração de Taguatinga se abstenha de praticar qualquer ato de demolição das edificações existentes até 26 de abril de 2000.

Aguiar, alegando que o muro foi construído posteriormente à liminar, derrubou 1,5 quilômetros da construção, que corresponde entre outros aos terrenos de Wilmar Elias da Silva e Maria José Lopes de Sousa. A operação foi interrompida pela ordem de prisão que o levou à delegacia. "A liminar



Quando foi liberado, Valdemar Aguiar acena para uma centena de manifestantes favoráveis



O muro derrubado foi o pomo da discórdia. O advogado Adilson Mendes, autor da "prisão"

proíbe que derrubemos construções anteriores à concessão, mas o muro foi construído há poucos dias. Estou acompanhando diariamente o terreno e essa é a quarta vez que estou demolindo muros nessa área. Não vou permitir que os grileiros tomem conta da área pública de Taguatinga", disse, veemente, enquanto esperava para depor na 12ª DP.

O advogado Adilson Lélis Mendes, responsável por onze propriedades no local, entre elas, os lotes de Wilmar e Maria José, afirmou que as construções pararam assim que a liminar foi concedida. "Não existem grileiros. A Lei 1477, de 17 de julho de 97, assegura a regularização em nome do proprietário a quem ocupa os lotes antes de 1995. Esse é o caso de todos os meus clientes", argumenta.

Diante da divergência, o delegado-substituto Alberto

Vieira Passos determinou a execução de laudo pericial para averiguar se o muro foi construído antes ou depois da liminar e também instaurou inquérito policial imediato para apuração detalhada. O resultado do laudo sairá em quinze dias e o inquérito leva trinta dias para apurar se houve excesso de autoridade por parte da Administração de Taguatinga. O administrador poderá ser responsabilizado criminalmente e civilmente, com pena de detenção de três meses a um ano.

A 12ª Delegacia de Polícia de Taguatinga viveu uma manhã agitada ontem. Mais de cem pessoas cercaram o local para apoiar o administrador de Taguatinga, que estava preso.

A faxineira Maria Mônica Alves Borja, de 31 anos, que mora há 15 anos na QS 8 do Areal, passou a manhã em frente à delegacia para reivindicar a

construção no terreno da Colônia Agrícola. "Estou defendendo a minha cidade. Essa área é destinada para um posto de saúde e não casa de invasores. Não temos dinheiro para pagar passagem para ir ao médico", reclamava.

A diarista Maria Francisca da Silva, de 30 anos, moradora da QS 8 do Areal também foi para a 12ª DP para protestar. "Se eles invadirem, nós também vamos invadir. Moramos bem do lado. Já tentei invadir uma vez e arrancaram o meu barraco. Por que eles poderão ficar?", questionava, irritada.

Manifestantes contrários disseram que quem apoiava Aguiar era da Frente de Trabalho do GDF, mas a Administração de Taguatinga negou ter convocado servidores para comparecerem à delegacia.

KÁTIA CÔRTEZ

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA